

CEDI

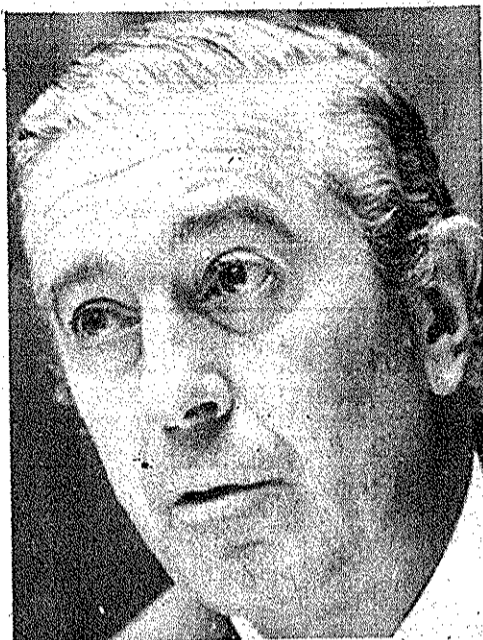
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Class.: *25*

Data: *21 de Junho de 1979*

Pg.: _____



Francisco Andrade: lucros para pesquisar câncer

Ações da Jari ficarão com fundação suíça

BRASILIA (Sucursal) — O presidente da holding Entre Rios e diretor da Jari Florestal, Francisco Andrade, confirmou ontem na Câmara, onde depôs na comissão de segurança nacional, que de fato o controle acionário da Jari passará a um instituto de pesquisas do câncer, com sede na Suíça, após a morte do empresário Daniel Keith Ludwig. Explicou, entretanto, que isso não trará problema algum porque as ações da Jari, que hoje pertencem à Universe Tankships Co. (de propriedade de Daniel Ludwig), serão administradas, após a morte do seu dono, pelo "Ludwig Institute of Cancer Research", com sede na Suíça.

Acrescentou o diretor da Jari que essa instituição suíça só poderá reverter os lucros do empreendimento na pesquisa do câncer, cabendo ao governo suíço fiscalizar essa aplicação, de acordo com uma cláusula introduzida nos estatutos da fundação.

O empresário afirmou também, após ouvir críticas do deputado Airton Soares (MDB-SP), que os dirigentes do projeto Jari poderão até auxiliar financeiramente o poder público na implantação de uma infraestrutura social na região. "Será um grande dia — acrescentou Andrade — aquele em que virmos o poder público entrar no projeto Jari, dando suas ordens e fazendo suas leis, implantando seus hábitos e costumes". Para o deputado Airton Soares, "o Jari representa risco de desmembramento do território nacional e, portanto, de segurança nacional".

POSSE DE TERRAS

Francisco Andrade também informou aos membros da comissão que o projeto ocupa uma área total de um milhão, seiscentos e trinta e dois mil hectares, dos quais 985 mil estão em território do Pará e o restante no Amapá. Do total da área, segundo ele, falta legitimar a posse de 800 mil hectares, integrantes da área da Fazenda Saracura.

A grande discussão sobre a posse de terras da Jari se situa exatamente nesse ponto. A empresa se diz possuidora do título da Fazenda Saracura, que abrangeria uma área de 2,7 milhões de hectares. Se fossem considerados os limites territoriais estabelecidos pelo documento, seria abarcado inclusive um pedaço da Venezuela.

Ciente disso, o dirigente da Jari diz que interessa ao seu empreendimento legalizar 800 mil hectares dos 2,7 milhões, exatamente os que se situam dentro dos limites naturais por eles estabelecidos para o projeto, que seriam: a leste, o Rio Paru; a oeste, o Rio Jari; e, ao sul, a calha do Rio Amazonas. Quanto ao restante das terras questionadas (1,9 milhão), embora não afirmando que abrirá mão delas, Francisco Andrade declarou que para a Jari "não representa ponto de honra". Dessa forma, ele explicou as versões segundo as quais os dirigentes do projeto teriam declarado a órgãos oficiais, como a Sudam, a posse de uma área superior a 3,5 milhões de hectares.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

O diretor da Jari também informou à comissão que o projeto recebeu uma única vez o aval do governo, no valor de 200 milhões de dólares, pelo BNDE. Esse financiamento externo se destinou à aquisição (no Japão) do complexo de fabricação de celulose e teve como garantia a alienação fiduciária da fábrica, a hipoteca de todas as terras da Jari, o aval do governo brasileiro e garantias da Universe Tankships Co.

Ressalvou Andrade que a isenção concedida para a importação desses equipamentos foi da ordem de 70 milhões de dólares e teve como suporte o compromisso de a empresa ter sempre saldo positivo. "O nosso compromisso para 79 é de 40 milhões de dólares — disse — mas já ultrapassamos essa faixa, pois nossos investimentos este ano já superaram essa faixa."

Segundo as informações prestadas na comissão, o empreendimento paga normalmente todos os impostos, com exceção do Imposto de Renda, do qual está isento pelo prazo de dez anos, e de importação.

TENTÁCULOS NO GOVERNO

A questão da existência de funcionários do Jari no governo e vice-versa também foi tratada. Indagado por deputados, Andrade informou que o secretário particular do presidente Figueiredo, Heitor de Aquino, foi assessor do Jari até 1972, de lá saindo para a Petrobrás e, depois, para o Palácio do Planalto, onde foi secretário do ex-presidente Geisel.

Confirmou também que o diretor do Departamento de Portos e Vias Navegáveis no governo Médici, Zaven Bhorgossian é assessor da empresa para assuntos marítimos, além de contatos com órgãos públicos como a Sunamam.

Logo depois, o deputado Helio Duque, do MDB paraense, apresentou uma pasta de documentos contendo, entre outros, um ofício (em tom de repreensão) do chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, ainda no governo Geisel, encaminhado ao ministro Alysson Paulinelli, da Agricultura. A razão da irritação de Golbery, segundo Duque, teria sido uma matéria divulgada pelo jornal "O Globo", desfavorável ao Jari, e que teria sido elaborada a partir de informações fornecidas por funcionários do Incra.

Foi também mostrado um documento através do qual o gerente do Jari Otavio Avertano Rocha, solicitou uma entrevista ao então presidente do Incra, Lourenço Vieira da Silva, dizendo-se amigo pessoal do secretário Heitor de Aquino.